

Crescimento Econômico

FRANCISCO DORNELES

Os objetivos da política econômica devem ser os de buscar, incessantemente, o crescimento econômico sustentado, o aumento do nível do emprego, a melhoria dos salários reais, mais equânime distribuição de renda e a paz e justiça social.

Para se atingir estes objetivos é necessário ter sempre em mente que a poupança antecede o investimento e este é que impulsiona o crescimento. Para crescer é preciso investir e para tanto é necessário amealhar poupanças, sejam de origem domésticas, sejam de fontes externas.

A década dos 70 trouxe o crescimento econômico acelerado, fruto das taxas de inversão que chegaram a 23 por cento do PIB (em média). A renda por habitante evoluiu ao elevado ritmo de 6 por cento a.a., ensejando crescimento acumulado no período de cerca de 70 por cento. Ao final dos anos 70, cada brasileiro possuía, em média, 70 por cento mais de bens e serviços disponíveis para seu consumo. A importação de poupanças externas, através do financiamento do déficit do balanço de pagamentos em conta-corrente, foi a mola propulsora do desenvolvimento.

Nos anos 80, o Brasil estacionou. A taxa média de investimento, no período caiu dos 23 por cento do PIB da década dos 70 para 19 por cento. A renda per-capita mostra estagnação no período 1980-1989, condenando a população à mesma disponibilidade de bens e serviços que havia no fim da década passada. Os anos 80 representam a década perdida na história econômica do pós-guerra.

A redução do crescimento é fruto da queda na capacidade brasileira de investir. Esta, por seu turno, deriva da escassez global de poupanças, sejam domésticas, sejam externas.

A partir de setembro de 1982, o País perdeu o fluxo voluntário externo que aumentava nossa capacidade de adquirir bens e serviços no exterior. As poupanças externas que giraram em torno de 4% do PIB por ano, na década anterior, desapareceram. Parcela significativa dos recursos para investir se escassearam.

No âmbito doméstico, o saldo do Governo em conta-corrente, que fora, em média, nos anos anteriores, de 6 por cento do PIB, desapareceu. O Governo passou a experimentar sucessivos déficits em conta-corrente, o que não deixava margem para quaisquer despesas de investimento. As razões para a queda da poupança do governo foram a redução da carga tributária líquida, o aumento dos juros das dívidas externa e interna e das despesas de custeio.

Simultaneamente, verificou-se de forma acentuada o problema da urbanização. O crescimento acelerado das cidades veio exigir maiores investimentos nas áreas de educação, saúde, saneamento, habitação, transportes e segurança públicas, setores tradicionalmente exigentes em volume de recursos e com baixa rentabilidade financeira. Houve, pois, combinação perversa: redução das disponibilidades de poupanças e aumento das necessidades de capital.

A taxa de crescimento demográfico permaneceu alta, criando um ambiente de graves conturbações sociais urbanas. A migração elevada não foi atendida pelo crescimento dos empregos urbanos, aumentando o número de famílias sem lar e com rendimentos abaixo do nível de subsistência. A problemática urbana foi a tônica dos anos 80.

Já no final da década vislumbra-se com clareza o colapso iminente da infra-estrutura econômica. E cada vez mais premente a necessidade de obras nas áreas de energia, transportes e comunicações, além dos demais segmentos de bens de caráter social.

É necessário, pois, que se plantem as bases para a retomada do crescimento, com o aumento do emprego, melhoria dos salários e justiça social, através da recomposição da taxa de poupança que venha fomentar o investimento e multiplicar a renda.

Para que esta meta seja atingida é necessário:

1. Regras estáveis de política econômica.
2. Redução do tamanho do Estado. Desburocratização e redução dos custos da máquina estatal. Eliminação de práticas tributárias complexas e confiscatórias.
3. Retração do governo em relação às atividades que não lhe são próprias e primordiais. Política eficaz de privatização de empresas.
4. Renegociação da dívida externa de forma a reduzir o seu montante bem como a transferência líquida de recursos ao exterior. Repasse às Empresas Estatais, para fim exclusivo de investimento, dos ganhos realizados com a renegociação de suas dívidas.
5. Maior liberalização do comércio exterior como instrumento de crescimento e modernização do parque industrial brasileiro.
6. Apoio amplo a empresa privada urbana e rural. Fortalecimento da pequena, média e micro-empresa.
7. Regras definidas em relação ao capital estrangeiro. Política de reinvestimento de lucro.

* Francisco Dornelles é deputado federal pelo PFL-RJ e ex-ministro da Fazenda.